

DINÂMICAS DA ECONOMIA CRIATIVA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CREATIVE ECONOMY DYNAMICS IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO

DINÁMICAS DE LA ECONOMÍA CREATIVA EN EL ESTADO DE RÍO DE JANEIRO

// RESUMO

AUTOR

João Luiz de Figueiredo 

Diogo Tavares Robaina 

Paulo Vitor Lemos Ramalho 

FILIAÇÃO INSTITUCIONAL

ESCOLA SUPERIOR DE
PROPAGANDA E MARKETING
(ESPM)

E-MAIL

joao.silva@espm.br

diogo.robaina@espm.br

paulovlramalho@gmail.com

DATA DE SUBMISSÃO: 03/04/24

DATA DE APROVAÇÃO: 19/02/25

DOI: 10.12957/GEOUERJ.2025.83282



E-ISSN 1981-9021

ESTE É UM ARTIGO DE ACESSO ABERTO
DISTRIBUÍDO SOB OS TERMOS DA LICENÇA
CREATIVECOMMONS BY-NC-SA 4.0, QUE
PERMITE USO, DISTRIBUIÇÃO E REPRODUÇÃO
PARA FINS NÃO COMERCIAIS, COM A CITAÇÃO
DOS AUTORES E DA FONTE ORIGINAL E SOB
A MESMA LICENÇA.

O objetivo do artigo é estimar o potencial dos municípios fluminenses se desenvolverem economicamente por meio da economia criativa. Com a utilização de referencial teórico para compreender os fatores que condicionam o fortalecimento dos setores criativos e com reconhecimento das desigualdades espaciais do estado do Rio de Janeiro, realizamos uma pesquisa quantitativa que analisou a evolução das ocupações criativas no estado no período 2006-2021; identificou os municípios especializados produtivamente nos setores criativos, por meio da aplicação do quociente locacional; e aplicou o IDPEC (Índice de Desenvolvimento Potencial da Economia Criativa) em todos os 92 municípios para avaliar a capacidade municipal de desenvolvimento por meio da economia criativa. Os resultados revelaram uma distribuição das atividades criativas no estado do Rio de Janeiro mais desigual que a média das outras atividades econômicas (70% das ocupações criativas se concentram na capital); uma expansão na quantidade dessas ocupação no período 2006-2015 com posterior estagnação no período 2016-2021; e, por fim, a confirmação do IDPEC como um indicador que explica os condicionantes do fortalecimento da economia criativa, em toda sua complexidade, nos municípios com mais de 500 mil habitantes, mas que nos municípios menores, em termos populacionais, sugere que o caminho possa ser a especialização produtiva em um ou poucos setores da economia criativa.

Palavras-chave: Economia criativa. Desenvolvimento econômico local. Rio de Janeiro. Índice de Desenvolvimento Potencial da Economia Criativa. Mensuração da economia criativa.

// ABSTRACT

The objective of this article is to estimate the economic development potential of the municipalities of Rio de Janeiro by means of the creative economy. Using a theoretical framework to understand the factors that condition the strengthening of the creative sectors and recognizing the spatial inequalities in the state of Rio de Janeiro, we conducted a quantitative research that analyzed the evolution of creative occupations in the state in the period 2006-2021; identified the municipalities that are productively specialized in the creative sectors, by means of the application of the locational quotient; and applied the DPICE (Development Potential Index of Creative Economy) in all 92 municipalities to assess the municipal capacity for development through the creative economy. The results revealed a more unequal distribution of creative activities in the state of Rio de Janeiro than the average of other economic activities (70% of creative occupations are concentrated in the capital); an expansion in the number of these occupations in the period 2006-2015 with subsequent stagnation in the period 2016-2021; and, finally, the confirmation of IDPEC as an indicator that explains the conditioning factors for the strengthening of the creative economy, in all its complexity, in municipalities with more than 500 thousand inhabitants, but that in smaller municipalities, in terms of population, suggests that the path may be productive specialization in one or a few sectors of the creative economy.

Keywords: Creative economy. Local economic development. Rio de Janeiro. Development Potential Index of Creative Economy. Measurement of the creative economy.

// RESUMEN

El objetivo de este artículo es estimar el potencial de los municipios de Río de Janeiro para desarrollarse económicamente a través de la economía creativa. Utilizando un marco teórico para comprender los factores que condicionan el fortalecimiento de los sectores creativos y reconociendo las desigualdades espaciales en el estado de Río de Janeiro, realizamos una investigación cuantitativa que analizó la evolución de las ocupaciones creativas en el estado en el período 2006-2021; identificó los municipios productivamente especializados en los sectores creativos, a través de la aplicación del cociente local; y aplicó el IDPEC (Índice de Desarrollo Potencial de la Economía Creativa) en los 92 municipios para evaluar la capacidad de desarrollo municipal a través de la economía creativa. Los resultados revelaron una distribución más desigual de las actividades creativas en el estado de Río de Janeiro que el promedio de otras actividades económicas (el 70% de las ocupaciones creativas se concentran en la capital); una expansión del número de estas ocupaciones en el período 2006-2015 con el consiguiente estancamiento en el período 2016-2021; y, finalmente, la confirmación del IDPEC como un indicador que explica los condicionantes para el fortalecimiento de la economía creativa, en toda su complejidad, en municipios con más de 500 mil habitantes, pero que en municipios más pequeños, en términos de población, sugiere que el camino puede ser la especialización productiva en uno o unos pocos sectores de la economía creativa.

Palabra Clave: Economía creativa. Desarrollo económico local. Río de Janeiro. Índice de Desarrollo Potencial de la Economía Creativa. Medición de la economía creativa.

INTRODUÇÃO

A economia criativa, por meio de seus setores produtivos e de sua transversalidade com outros setores da economia, tem sido debatida globalmente desde o final do século XX como uma possibilidade de desenvolvimento para cidades, estados e países. A criação do plano intitulado *Creative Australia* em 1994 e a definição das indústrias criativas como setor estratégico do desenvolvimento britânico em 1997 são reconhecidos como pontos de partida desse debate, que ganhou impulso global com os relatórios da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD, 2008) e da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO, 2005).

No Brasil, podemos argumentar que o estado do Rio de Janeiro foi pioneiro nesse debate. A criação do programa “Rio Criativo”, por parte do governo estadual, e os relatórios da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) com dados sobre as indústrias criativas do Brasil evidenciam essa vanguarda fluminense nas discussões sobre a economia criativa. Desde então, outras cidades e estados passaram a problematizar o potencial da economia criativa para a promoção do desenvolvimento econômico.

Neste artigo dedicamos atenção ao estado do Rio de Janeiro, questionando se é possível estimar o potencial de desenvolvimento dos municípios e das regiões fluminenses por meio da economia criativa. Se, de fato, há um certo consenso de que as atividades da economia criativa são importantes na atual fase do capitalismo global (Florida, 2002; 2005; Scott, 2008; Throsby, 2010), ainda restam importantes desafios relacionados à sua mensuração, especialmente sobre suas dinâmicas espaciais.

Diante disso, o objetivo deste artigo é estimar o potencial dos municípios fluminenses se desenvolverem economicamente por meio da economia criativa. A pesquisa se inicia pela identificação do padrão espacial da economia criativa no território fluminense com a análise da distribuição espacial dos empregos gerados pelas atividades criativas entre os 92 municípios e com utilização do quociente locacional (QL) (Isard, 1960), o qual nos permitirá identificar os municípios especializados em economia criativa. Na sequência, utilizamos o Índice de Desenvolvimento Potencial da Economia Criativa (IDPEC), um indicador composto a partir de dados secundários, que será aplicado em todos os municípios do estado visando a avaliar sua capacidade de explicar o padrão espacial da economia criativa no estado do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, o artigo avança para além da identificação do padrão espacial da economia criativa fluminense, visando a explicar as condições do seu fortalecimento. A hipótese da pesquisa é que o IDPEC tem capacidade de explicar o padrão espacial da economia criativa fluminense, de modo a possibilitar a formulação de políticas públicas que tenham por finalidade o desenvolvimento da economia criativa no estado do Rio de Janeiro.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo possui outras três seções. Na primeira, apresentamos os marcos teóricos do artigo, na qual tratamos das principais correntes explicativas do padrão espacial da economia criativa em articulação com a formação

territorial do estado do Rio de Janeiro; na sequência detalhamos os procedimentos metodológicos da pesquisa; e então debatemos os resultados encontrados.

ECONOMIA CRIATIVA COMO POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO PARA O ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O Estado do Rio de Janeiro, formado pela fusão de duas unidades da federação em 1975, Guanabara e Rio de Janeiro, é reconhecido pela extrema concentração demográfica e econômica em sua capital. De acordo com censo 2022, pouco mais de 16 milhões de pessoas vivem no Estado do Rio de Janeiro, das quais 6,2 milhões residem na capital, ou seja, aproximadamente 38,5% da população (IBGE, 2023). Em termos econômicos, o Estado do Rio de Janeiro contribuiu com 950 bilhões de reais para o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2021, dos quais 360 bilhões foram gerados na capital, ou seja, 38% da economia estadual.

As explicações para tamanha concentração remontam a própria formação territorial desse estado, cuja capital se desenvolveu, em termos jurídicos-administrativos, separada do restante do estado até 1975. Diferentemente de outros estados em que a capital e o interior dialogam em um processo de desenvolvimento comum, a cidade do Rio de Janeiro, sob a condição de capital do Brasil até 1960 e depois cidade-estado da Guanabara até 1975, engendrou processos de desenvolvimento descolados dos processos do antigo Estado do Rio de Janeiro, cuja capital sediava-se em Niterói. Galvão (1986) destaca que, no período de 1960-1975, a busca da Guanabara por soluções circunscritas ao seu espaço ampliou a disparidade entre ela e o antigo estado do Rio de Janeiro, de modo que enquanto o primeiro se projetava mais em nível nacional do que regional ou estadual, o outro vivenciava um profundo esvaziamento econômico e demográfico.

O fim do modelo desenvolvimentista brasileiro a partir de 1980 e consequente redução dos investimentos federais no estado do Rio de Janeiro aprofundou a crise econômica do estado e deixou mais evidente o duro golpe que a transferência da capital produziu na dinâmica urbana da cidade do Rio de Janeiro (Lessa, 2000) e como esta não conseguiu organizar o desenvolvimento econômico de seu interior.

A partir dos anos 2000, o debate sobre a economia criativa se fortaleceu no estado do Rio de Janeiro como uma possibilidade de desenvolvimento econômico. A economia criativa é apontada como um dos mais dinâmicos conjuntos de atividades produtivas no atual contexto da economia globalizada (Howkins, 2001; Florida, 2002; Scott, 2008; UNCTAD, 2008; BRASIL, 2013; FIRJAN, 2022).

Embora existam muitas definições sobre os setores criativos, reconhece-se globalmente a que foi proposta pelo *Department for Culture, Media and Sport* (DCMS), que os define como “aqueles que se baseiam na criatividade, habilidade e talento individuais. Têm também potencial para criar riqueza e emprego através do desenvolvimento e da exploração da propriedade intelectual”. No Brasil, o estudo da FIRJAN, intitulado “Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil”, editado pela primeira vez em 2008, com última atualização em 2022 (FIRJAN, 2008; 2022), se difundiu como principal referência na sistematização das informações oficiais sobre o emprego e participação no Produto Interno Bruto (PIB) dos setores criativos. Para definir as

atividades que integram a economia criativa, a FIRJAN partiu da definição proposta pela UNCTAD (2008, p.4), segundo a qual são “ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que utilizam a criatividade e o capital intelectual como insumos primários”.

No cerne do debate sobre a economia criativa no estado do Rio de Janeiro está a possibilidade de esta representar uma possibilidade para a retomada do desenvolvimento econômico no território fluminense. Diante disso, além de compreender suas definições torna-se necessário identificar suas dinâmicas territoriais e os condicionantes das suas atividades.

Nesse sentido, trabalharemos o conceito de território, neste artigo, em uma perspectiva econômica¹, segundo a qual ele é responsável pela localização da atividade econômica, mais especificamente pelo nível de competitividade das firmas. Dessa forma, uma atividade pode ser considerada territorializada quando sua efetivação depende da localização, de recursos inexistentes em muitos outros espaços e/ou que não podem ser facilmente criados ou imitados pelos locais que não os possuem (Storper, 1994). Assim, ao mesmo tempo em que as atividades econômicas são capazes de contribuir para a evolução dos territórios, estes, por sua vez, desempenham papel crucial na reprodução social dos sistemas econômicos e são elementos essenciais na formação de vantagens competitivas, as quais são construídas territorialmente.

A corrente principal da explicação da concentração espacial das indústrias criativas trata das economias de aglomeração, que podem ser definidas como “vantagens em custos ou qualidade devido à concentração espacial de recursos produtivos e atores (população, empresas, instituições e outros agentes coletivos)” (Lazzeretti, Boix and Capone, 2013, p. 46). Outras explicações enfatizam o fator humano como decisivo (Florida, 2002) ou ambiente institucional como viabilizador da especialização produtiva (Storper, 2013).

Esforços teóricos foram feitos para construir indicadores capazes de explicar os determinantes da localização espacial dessas atividades produtivas (Lazzeretti; Boix; Capone, 2013; Machado; Simões; Diniz, 2013) e índices foram criados como formas de estimar o potencial de desenvolvimento da economia criativa em um território (Bowen; Moesen; Sleuwaegen, 2008; Correia; Costa, 2014; Figueiredo; Jesus; Robaina and Couri, 2019). Esses esforços estão além do puro interesse acadêmico na compreensão de fenômenos e se associam à crescente importância dada por formuladores de políticas ao campo da economia criativa (Correia; Costa, 2014)

1 Apesar de ser um conceito central à geografia, o território tem tradição em várias outras áreas de estudo como a ciência política, sociologia, biologia, economia, antropologia e psicologia. Portanto, da mesma forma que são várias as áreas do conhecimento que se interessam pelo estudo do território, são várias as concepções existentes desse conceito. Haesbaert (2004) agrupa essas concepções em quatro vertentes básicas: 1) política ou jurídico-política, na qual o território é visto como um espaço delimitado e controlado onde se exerce um determinado poder, na maioria dos casos, relacionado ao Estado; 2) cultural ou simbólico-cultural, que interpreta o território como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido; 3) econômica, que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, sendo o território visto como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho; e 4) natural, na qual o território é uma noção baseada nas relações entre sociedade e natureza. Assim, segundo o mesmo autor, torna-se importante estabelecermos a linha teórica que será empregada ao conceito, sem que isso imponha a conceituação à problemática, mas que revele a diferenciação do conceito frente às questões priorizadas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para cumprir o objetivo principal do artigo, estimar o potencial dos municípios fluminenses se desenvolverem economicamente por meio da economia criativa, recorreremos a uma pesquisa de abordagem quantitativa.

Na primeira etapa, coletamos dados secundários das ocupações criativas nos municípios fluminenses para identificarmos o padrão espacial da economia criativa no estado do Rio de Janeiro. Os dados foram coletados das “Estatísticas do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE” do IBGE e assumimos a classificação da FIRJAN (2022) sobre as atividades integrantes do núcleo da economia criativa, conforme o quadro 1.

Sobre a opção de trabalharmos com a classificação da FIRJAN (2022), dois reconhecimentos importantes precisam ser feitos. Primeiramente, o fato de a economia criativa ainda ser um campo conceitual em construção faz com que tenhamos muitas propostas de definições e conceituações. Para ilustrar essa diversidade, Potts (2008), ao trabalhar o conceito dos setores criativos, identificou 18 definições existentes; e recentemente, no Brasil, o Observatório Itaú Cultural (2024) apresentou uma nova proposta de classificação, a qual possui algumas diferenças em relação a da FIRJAN. O segundo reconhecimento importante é a grande variedade de setores que estão agrupados nesse conjunto identificado como setores criativos. Esse problema é bem trabalhado por Asheim e Gertler (2005) que, preocupados com a diversidade de atividades intensivas em conhecimento, propuseram uma classificação de acordo com três tipos de bases de conhecimento: analíticas (baseada em ciência), sintéticas (baseada em engenharia) e simbólicas (baseadas nas artes). Destaca-se o trabalho de Santos e Marcelino (2016), que aplicam essa classificação das bases de conhecimento em regiões selecionadas do estado do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, a nossa opção em trabalhar com a classificação da FIRJAN (2022) deriva da importância obtida por esta na promoção do debate no Brasil sobre a crescente relevância dos setores criativos na economia contemporânea. Assim, os resultados do artigo devem ser analisados conforme a opção metodológica de se trabalhar com a classificação da FIRJAN (2022).

Quadro 1. Atividades integrantes no núcleo da economia criativa

CONSUMO	Publicidade	Atividades de publicidade, marketing, pesquisa de mercado e organização de eventos
	Arquitetura	Design e projeto de edificações, paisagens e ambientes. Planejamento e conservação.
	Design	Design gráfico, multimídia e de móveis.
	Moda	Desenho de roupas, acessórios, calçados e acessórios; modelistas.
CULTURA	Expressões culturais	Artesanato, folclore, gastronomia.
	Patrimônio e Artes	Serviços culturais, museologia, produção cultural, patrimônio histórico.
	Música	Gravação, edição e mixagem de som, criação e interpretação musical.
	Artes cênicas	Atuação, produção e direção de espetáculos teatrais e de dança.
MÍDIAS	Editorial	Edição de livros, jornais, revistas e conteúdo digital.
	Audiovisual	Desenvolvimento de conteúdo, distribuição, programação e transmissão.
TECNOLOGIA	P&D	Desenvolvimento experimental e pesquisa em geral, exceto biologia.
	Biotecnologia	Bioengenharia, pesquisa em biologia, atividades laboratoriais.
	TIC	Desenvolvimento de softwares, sistemas, consultoria em TI e robótica.

Fonte: Elaboração própria baseada em FIRJAN (2022).

Essa coleta de dados permite verificar a distribuição espacial das ocupações criativas no estado do Rio de Janeiro e identificar os municípios que podem ser classificados como especialistas produtivamente em economia criativa. Para tanto, seguimos o proposto por Lazzeretti, Boix, Capone (2013) e utilizamos o quociente locacional dos empregos das indústrias criativas como proxy da concentração das indústrias criativas e como variável dependente nas estimativas econométricas. O quociente locacional é um indicador bastante difundido na literatura de economia industrial e regional, o qual permite a comparação de duas estruturas setoriais-espaciais (Isard, 1960), conforme a equação (1). Portanto, L_{ij} representa o número de pessoas empregadas em atividades relacionadas com o campo da economia criativa na cidade i ; L_i retrata o número de pessoas empregadas em todas as atividades na cidade i ; L_j expressa o total de pessoas empregadas relacionadas com o campo da economia criativa no Brasil; e L constitui o total de pessoas empregadas em todas as atividades econômicas do Brasil

Em seu cálculo utilizamos a definição das atividades integrantes do núcleo da economia criativa, conforme a definição da FIRJAN (2022) apresentada no quadro 1. As cidades com resultados acima de 1 são consideradas especializadas em economia criativa.

$$LQ_{ij} = \frac{L_{ij}/L_i}{L_j/L} \quad (1)$$

Finalmente, calculamos o IDPEC para os 92 municípios fluminenses, avaliando se o seu resultado é capaz de explicar o quociente locacional, de modo que possamos confirmá-lo como um índice capaz de estimar o potencial de desenvolvimento da economia criativa nos municípios do estado do Rio de Janeiro. Importante sublinhar que o IDPEC, apresentado anteriormente (Figueiredo; Jesus; Robaina; Couri, 2019; Figueiredo; Jesus, 2020), passou por uma atualização metodológica na seleção das variáveis. Como adotamos o quociente locacional como proxy da aglomeração produtiva dos setores criativos, optamos por retirar do modelo as variáveis que também serviam para medir a aglomeração produtiva, como quantidade de empresas criativas, participação da massa salarial das empresas criativas ou quantidade de patentes solicitadas. Dessa forma, caso o IDPEC possua capacidade de explicar o quociente locacional, mas ocorra uma situação em que um município com alto quociente locacional tenha baixo IDPEC, a possível explicação é que as dinâmicas de aglomeração por si só explicam o desenvolvimento da economia criativa nessa cidade.

Para construirmos o IDPEC, seguimos as etapas propostas por Bowen, Moesen, Sleuwaegen (2008): escopo (seleção dos dados); normalização (definição de uma escala comum); e agregação (definição dos pesos). A seleção das variáveis partiu da identificação na literatura daquelas que nos ajudassem a explicar três dimensões consideradas importantes para o desenvolvimento dos setores criativos nos territórios (capacidades humanas; atratividade e conectividade espacial; ambiente cultural e empreendedorismo criativo), conforme quadro 2.

Quadro 2. Dimensões e variáveis do IDPEC

Dimensão	Variáveis	Descrição	Fonte
D1 – Capacidades humanas	D1V1 – Pessoas com Ensino superior	Proporção de pessoas com mais de 14 anos com ensino superior	PNAD IBGE (2019)
	D1V2 – Qualidade da educação básica	Nota média dos estudantes na educação básica	INEP (2019)
	D1V3 – Orçamento público municipal em educação	Gasto público municipal per capita em educação	FINBRA (2019)
D2 – Atratividade e conectividade espacial	D2V1 – Segurança urbana	Taxa de homicídios (100 mil pessoas)	DATA SUS (2019)
	D2V2 – Conectividade digital	Densidade de acesso à internet em banda larga fixa	ANATEL (2019)
	D2V3* – Mobilidade urbana	Proporção de estradas urbanizadas	Censo IBGE (2010)
D3 – Ambiente cultural e empreendedorismo criativo	D3V1 – Orçamento público municipal em cultura	Gasto público municipal per capita em cultura	FINBRA (2019)
	D3V2 – Empreendedorismo	Taxa líquida de criação de empresas per capita	Mapa de empresas (2019)
	D3V3 – Ambiente institucional	Índice de governança municipal	CFA (2019)

Fonte: Elaboração própria. Legenda: PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; FINBRA: Finanças do Brasil; SUS: Sistema Único de Saúde; ANATEL: Agência Nacional de Telecomunicações; CFA: Conselho Federal de Administração. *Na análise comparativa entre as capitais do Brasil utilizamos o movimento aeroportuário como variável de conectividade espacial, porém na análise intraestadual optamos pela variável de urbanização das estradas.

Na dimensão “Capacidades humanas” consideramos variáveis que se relacionam com as explicações teóricas sobre os efeitos da educação no desenvolvimento da economia criativa e da importância de trabalhadores qualificados (Florida, 2002; Landry, 2008). Na dimensão “Atratividade e conectividade espacial” selecionamos variáveis que dialogam com as argumentações que apontam as cidades criativas como espaços de grande atratividade e conectividade espacial, resultando em dinamismo econômico e diversidade social e cultural dos territórios (Florida, 2002; Scott, 2008; Vivant, 2009; Cerisola, 2018), reconhecendo a importância da segurança urbana para a circulação e interação das pessoas, tanto em suas práticas de convívio social como nas dinâmicas de consumo e de produção, em um contexto de crescente segregação socioespacial, especialmente nos espaços metropolitanos (Souza, 2000; Caldeira, 2003; Carlos, 2004; Reis, 2008). Por fim, na dimensão “Ambiente cultural e empreendedorismo criativo” consideramos variáveis que se relacionam com as explicações sobre a importância das atividades culturais (Throsby, 2010; Machado; Simões; Diniz, 2013; Falck; Fritsch; Heblich; Otto, 2018; Cerisola, 2018), do empreendedorismo e das instituições (North,

1990; Scott, 2008; Storper, 2013; Gouvea; Kapelianis; Montoya; Vora, 2020) para o desenvolvimento da economia criativa.

Identificadas as variáveis a compor o IDPEC, passamos para a normalização e a definição dos pesos das variáveis no resultado do índice. Com relação a normalização dos dados, optamos pela Min-Max normalisation method (OECD; European Commission, 2008). Esse processo transforma os dados absolutos em um valor entre 0 e 1. Dado um valor V_{ij} em uma variável j para um município i o valor normalizado N_{ij} foi computado como:

$$N_{ij} = \frac{V_{ij} - \text{MIN}_i(V_{ij})}{\text{MAX}_i(V_{ij}) - \text{MIN}_i(V_{ij})} \quad (2)$$

Nesta expressão, $\text{MIN}_i(V_{ij})$ é o valor mínimo da variável j dentre os 92 municípios e $\text{MAX}_i(V_{ij})$ é o valor máximo da variável j dentre os 92 municípios.

Finalmente, para definirmos os pesos de cada dimensão na construção do IDPEC, recorreremos à técnica dos pesos endógenos “que requer menos informação, mas que, no entanto, revela preferências, na medida em que os dados falam por si mesmos sobre aquelas subdimensões que terão um peso relativamente maior ou menor” (Bowen; Moesen; Sleuwaegen, 2008, p. 378). Os pesos diferenciados para cada dimensão são determinados endogenamente e revelam as melhores performances das capitais dos estados do Brasil e do Distrito Federal em cada dimensão avaliada.

Dessa forma, concordamos com Bowen, Moesen, Sleuwaegen (2008) que ao adotarem essa metodologia a reconhecem como aquela que seleciona os pesos mais favoráveis a cada território analisado. Assim, cada município fluminense obterá seu próprio conjunto de pesos, maximizando o IDPEC de cada uma delas.

Em termos formais, como explicado por Bowen, Moesen, Sleuwaegen (2008), a técnica de ponderação endógena consiste em resolver, para cada município i , um problema de programação linear para definir os pesos w_{ij} a atribuir a cada um dos subindicadores N_{ij} que são então somados para dar um valor de índice composto.

Dado N municípios e j sub-índices, o problema de programação linear para capital i pode ser escrito

$$\max IDPEC_i = \max_{w_{ij}} \sum_{j=1}^j w_{ij} N_{ij} \quad (3)$$

sujeito a

$$\sum_{j=1}^j w_{ij} = 1 \quad \forall i = 1 \dots n, \quad \forall j = 1 \dots j \quad (4)$$

$$0,15 \leq w_{ij} \leq 0.50 \quad \forall j = 1 \dots j \quad (5)$$

A expressão (3) afirma que o valor IDPEC do município i deve ser maximizado pela escolha do w_{ij} . A restrição (4) exige que os pesos atribuídos a cada dimensão D_{ij} totalizem um;

essa restrição é mínima e permite flexibilidade na determinação dos pesos ideais para uma região. A expressão (5) restringe o valor que cada peso pode levar a um intervalo específico. Considerando que o IDPEC possui 3 dimensões, essa restrição, na prática, atribui a dimensão com melhor escore com peso 3/6, a segunda melhor dimensão com peso 2/6 e a pior dimensão com 1/6.

RESULTADOS

O primeiro achado da pesquisa é a confirmação de que a distribuição das atividades produtivas da economia criativa no estado do Rio de Janeiro é mais desigual do que a economia em seu conjunto. A concentração das ocupações criativas na capital e na região metropolitana revelam os desafios que o estado enfrenta para desenvolver economicamente o interior por meio dos setores criativos.

Os anos selecionados da coleta de dados também permitem analisar a evolução das ocupações criativas em 2006, ano anterior a realização dos grandes eventos esportivos sediados na cidade do Rio de Janeiro; em 2010, quando os preparativos dos grandes eventos já estava em curso; em 2015, ano que antecede os Jogos Olímpicos e que marca o início da recessão na economia brasileira; em 2019, quando o estado do Rio de Janeiro vivenciava importante recessão econômica e também último dado anualizado anterior a pandemia de covid-19; e em 2021, que é o último ano com dados consolidados, no momento, e que ainda carregam os efeitos da pandemia.

Nesse sentido, o forte crescimento das ocupações criativas no período 2006-2015, especialmente na capital, revela o potencial desses setores em dinamizar a economia da cidade do Rio de Janeiro, confirmando que as cidades no topo da hierarquia urbana (Scott, 2008) são o lócus prioritário da economia criativa. Isso não significa que municípios do interior não possam se desenvolver economicamente por meio da economia criativa, uma vez que se verifica expansão das ocupações criativas nesse recorte territorial, porém tal desenvolvimento deve ocorrer de maneira mais setorial em vez da economia criativa em toda sua diversidade. A tendência de concentração da economia criativa nas grandes metrópoles pode ser compreendida pelas interdependências das economias de aglomeração (Florida, 2002; Scott, 2005); pela abordagem das ecologias criativas (Howkins, 2010); assim como pela força que a heterogeneidade metropolitana desempenha para o desenvolvimento de atividades marcadas por velocidade e incerteza nas interações produtivas (Veltz, 1999). A especialização produtiva, por meio de algum setor ou de alguma característica histórica ou cultural que possa ser mobilizada produtivamente é um caminho para o fortalecimento da economia criativa em municípios do interior (Veltz, 1999; Landry, 2008; Storper, 2013).

No período de 2015-2021, verifica-se certa estabilidade na quantidade de ocupações criativas na capital e um pequeno aumento no restante do estado. Por um lado, essa estagnação pode ser compreendida como resultado da crise econômica já mencionada, da mudança da agenda política da cidade do Rio de Janeiro e da pandemia de covid-19. Por outro lado, essa estabilidade também pode ser analisada como uma forte resiliência das atividades criativas, que mesmo diante de tantos choques, manteve o nível de ocupações.

Quadro 3. Evolução da concentração das ocupações criativas fluminenses na capital do estado (2006-2021)

	2006		2010		2015		2019		2021	
	Qtd	(%)								
Capital do estado	86.383	69,03	128.005	73,39	143.073	73,57	142.568	71,92	140.715	70,83
Interior do estado	38.753	30,97	46.412	26,61	51.410	26,43	55.674	28,08	57.964	29,17
Estado do Rio de Janeiro	125.136	100	174.417	100	194.483	100	198.242	100	198.679	100

Fonte: Elaboração própria com dados do Cadastro Central das Empresas - IBGE

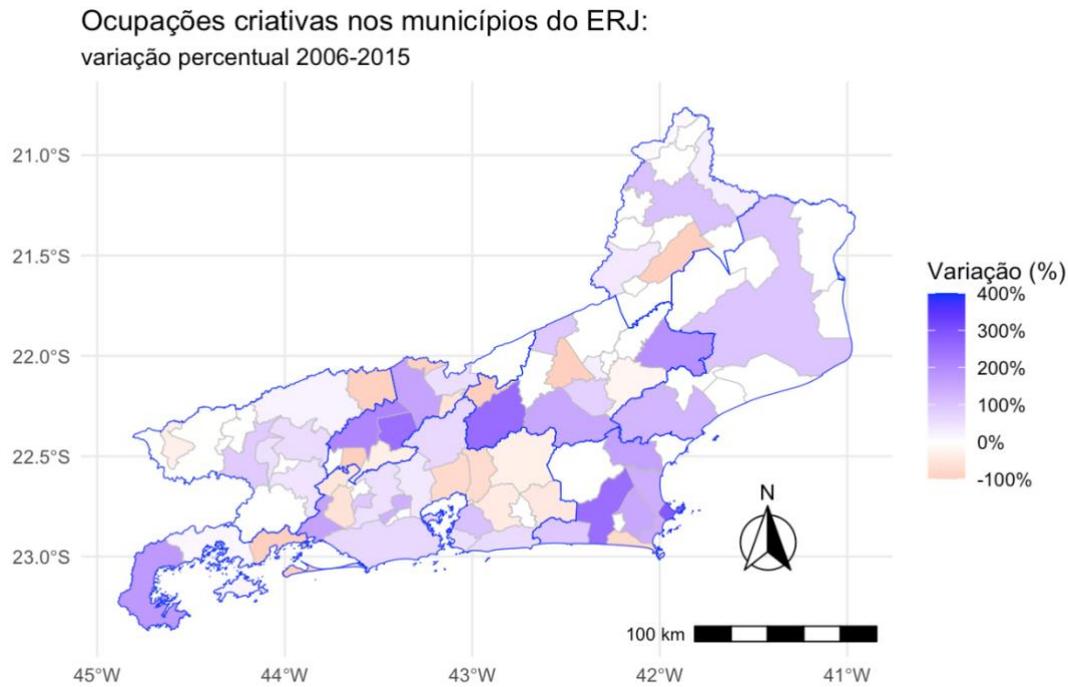
Quadro 4. Evolução da distribuição das ocupações criativas no estado do Rio de Janeiro segundo as regiões administrativas (2006-2021)

Região/ano	2006		2010		2015		2019		2021	
	Qtd	(%)								
Metropolitana	105.574	84,37	150.632	86,36	165.708	85,20	167.881	84,68	167.511	84,31
Médio Paraíba	2.845	2,27	3.677	2,11	3.367	1,73	5.634	2,84	3.854	1,94
Serrana	1.124	0,90	1.718	0,98	3.199	1,64	3.352	1,69	4.719	2,38
Centro-Sul Fluminense	1.985	1,59	1.141	0,65	1.322	0,68	1.311	0,66	885	0,45
Baixadas Litorâneas	2.211	1,77	5.735	3,29	5.144	2,64	3.208	1,62	6.535	3,29
Norte Fluminense	3.584	2,86	4.500	2,58	7.742	3,98	7.659	3,86	6.833	3,44
Noroeste Fluminense	349	0,28	543	0,31	694	0,36	744	0,38	714	0,36
Costa Verde	404	0,32	600	0,34	521	0,27	384	0,19	634	0,32

Fonte: Elaboração própria com dados do Cadastro Central das Empresas - IBGE

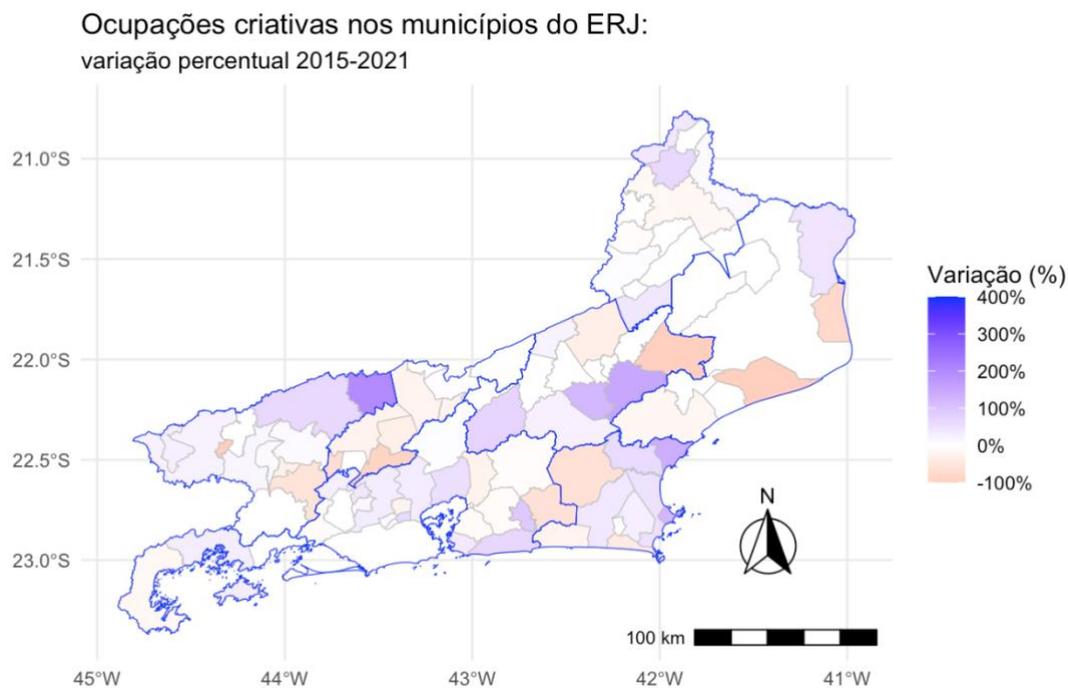
Nos mapas abaixo, visualizam-se essas dinâmicas de expansão e de retração de ocupações criativas por município em dois períodos, 2006-2015 e 2015-2021. Notam-se municípios com variações percentualmente expressivas, as quais precisam de análises individualizadas para melhor explicação. Todavia, é importante reconhecer que casos em que as quantidades de ocupações são pequenas em números absolutos são naturalmente sujeitos a maiores variações percentuais.

Figura 1. Mapa de variação percentual das ocupações criativas nos municípios do estado do Rio de Janeiro (2006-2015)



Fonte: Elaboração própria com dados do Cadastro Central das Empresas - IBGE

Figura 2. Mapa de variação percentual das ocupações criativas nos municípios do estado do Rio de Janeiro (2015-2021)



Fonte: Elaboração própria com dados do Cadastro Central das Empresas - IBGE

Visando a explorar o potencial da economia criativa em ser um dos motores do desenvolvimento econômico do estado do Rio de Janeiro, recorreremos ao cálculo do quociente locacional das atividades criativas. Como explicado anteriormente, resultados acima de 1 indicam municípios especializados produtivamente em economia criativa, sendo maior a especialização quanto maior for esse número. Esse indicador é importante, pois reduz o efeito das grandes concentrações populacionais na análise dos dados. Assim, os municípios com resultado acima de 1 são aqueles cujas atividades criativas geram proporcionalmente mais ocupações localmente do que quando comparamos com a economia brasileira. Optamos por trabalhar com os dados de 2019, ano anterior à pandemia de covid-19, pois os dados de 2021 estão muito alterados em função da crise sanitária.

Quadro 5. Quociente locacional dos setores criativos dos municípios do estado do Rio de Janeiro (2019)

Regiões Administrativas	Microrregiões IBGE	Municípios	Pessoal ocupado (%)	QL	Posição
Centro-Sul Fluminense	Três Rios	Sapucaia	8,73	2,65	1
Médio Paraíba	Vale do Paraíba Fluminense	Barra Mansa	7,52	2,29	2
Baixadas Litorâneas	Lagos	Saquarema	7,27	2,21	3
Metropolitana	Rio de Janeiro	Maricá	6,32	1,92	4
Metropolitana	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	5,73	1,74	5
Serrana	Serrana	Teresópolis	4,81	1,46	6
Centro-Sul Fluminense	Três Rios	Comendador Levy Gasparian	4,35	1,32	7
Metropolitana	Rio de Janeiro	Niterói	4,13	1,26	8
Norte Fluminense	Macaé	Macaé	3,92	1,19	9
Metropolitana	Serrana	Petrópolis	3,58	1,09	10
Metropolitana	Macacu-Caceribu	Rio Bonito	3,46	1,05	11
Centro-Sul Fluminense	Vassouras	Miguel Pereira	3,21	0,98	12
Noroeste Fluminense	Santo Antônio de Pádua	Itaocara	3,15	0,96	13
Norte Fluminense	Campos dos Goytacazes	Campos dos Goytacazes	2,87	0,87	14
Metropolitana	Rio de Janeiro	Magé	2,87	0,87	15

Serrana	Cantagalo-Cordeiro	Cordeiro	2,69	0,82	16
Metropolitana	Rio de Janeiro	São Gonçalo	2,24	0,68	17
Metropolitana	Rio de Janeiro	Guapimirim	2,19	0,67	18
Médio Paraíba	Vale do Paraíba Fluminense	Volta Redonda	2,01	0,61	19
Metropolitana	Rio de Janeiro	Nova Iguaçu	1,99	0,60	20
Metropolitana	Rio de Janeiro	Duque de Caxias	1,97	0,60	21
Serrana	Nova Friburgo	Nova Friburgo	1,9	0,58	22
Centro-Sul Fluminense	Três Rios	Três Rios	1,79	0,54	23
Metropolitana	Rio de Janeiro	São João de Meriti	1,75	0,53	24
Médio Paraíba	Vale do Paraíba Fluminense	Resende	1,57	0,48	25
Baixas Litorâneas	Lagos	Cabo Frio	1,47	0,45	26
Noroeste Fluminense	Santo Antônio de Pádua	Santo Antônio de Pádua	1,47	0,45	27
Noroeste Fluminense	Itaperuna	Bom Jesus do Itabapoana	1,42	0,43	28
Baixas Litorâneas	Lagos	Araruama	1,39	0,42	29
Baixas Litorâneas	Bacia de São João	Rio das Ostras	1,33	0,40	30
Metropolitana	Rio de Janeiro	Itaboraí	1,3	0,40	31
Noroeste Fluminense	Itaperuna	Itaperuna	1,27	0,39	32
Metropolitana	Rio de Janeiro	Nilópolis	1,27	0,39	33
Médio Paraíba	Barra do Piraí	Barra do Piraí	1,21	0,37	34
Médio Paraíba	Barra do Piraí	Valença	1,21	0,37	35
Metropolitana	Rio de Janeiro	Belford Roxo	1,1	0,33	36
Metropolitana	Vassouras	Paracambi	1,09	0,33	37
Noroeste Fluminense	Itaperuna	Porciúncula	1,03	0,31	38
Noroeste Fluminense	Santo Antônio de Pádua	Miracema	1	0,30	39

Costa Verde	Baía da Ilha Grande	Angra dos Reis	0,97	0,29	40
Metropolitana	Rio de Janeiro	Queimados	0,94	0,29	41
Serrana	Cantagalo-Cordeiro	Carmo	0,85	0,26	42
Baixadas Litorâneas	Lagos	Armação dos Búzios	0,82	0,25	43
Norte Fluminense	Macaé	Conceição de Macabu	0,81	0,25	44
Serrana	Nova Friburgo	Bom Jardim	0,75	0,23	45
Serrana	Cantagalo-Cordeiro	Cantagalo	0,73	0,22	46
Baixadas Litorâneas	Lagos	São Pedro da Aldeia	0,66	0,20	47
Metropolitana	Itaguaí	Itaguaí	0,59	0,18	48
Metropolitana	Macacu-Caceribu	Cachoeiras de Macacu	0,56	0,17	49
Baixadas Litorâneas	Bacia de São João	Casimiro de Abreu	0,56	0,17	50
Metropolitana	Rio de Janeiro	Mesquita	0,56	0,17	51
Norte Fluminense	Campos dos Goytacazes	São Francisco de Itabapoana	0,56	0,17	52
Centro-Sul Fluminense	Três Rios	Paraíba do Sul	0,53	0,16	53
Centro-Sul Fluminense	Vassouras	Vassouras	0,49	0,15	54
Centro-Sul Fluminense	Três Rios	Areal	0,38	0,12	55
Centro-Sul Fluminense	Vassouras	Engenheiro Paulo de	0,37	0,11	56
Noroeste Fluminense	Itaperuna	Natividade	0,37	0,11	57
Metropolitana	Rio de Janeiro	Tanguá	0,36	0,11	58
Baixadas Litorâneas	Lagos	Iguaba Grande	0,34	0,10	59
Norte Fluminense	Campos dos Goytacazes	São Fidélis	0,34	0,10	60
Metropolitana	Rio de Janeiro	Japeri	0,33	0,10	61
Metropolitana	Itaguaí	Seropédica	0,27	0,08	62
Baixadas Litorâneas	Lagos	Arraial do Cabo	0,26	0,08	63

Serrana	Santa Maria Madalena	Trajano de Moraes	0,25	0,08	64
Costa Verde	Baía da Ilha Grande	Paraty	0,24	0,07	65
Baixadas Litorâneas	Bacia de São João	Silva Jardim	0,22	0,07	66
Médio Paraíba	Vale do Paraíba Fluminense	Quatis	0,21	0,06	67
Médio Paraíba	Vale do Paraíba Fluminense	Pinheiral	0,17	0,05	68
Médio Paraíba	Vale do Paraíba Fluminense	Piraí	0,11	0,03	69
Norte Fluminense	Campos dos Goytacazes	São João da Barra	0,1	0,03	70
Médio Paraíba	Vale do Paraíba Fluminense	Itatiaia	0,06	0,02	71
Noroeste Fluminense	Santo Antônio de Pádua	Aperibé	0	0,00	-
Noroeste Fluminense	Santo Antônio de Pádua	Cambuci	0	0,00	-
Norte Fluminense	Macaé	Carapebus	0	0,00	-
Norte Fluminense	Campos dos Goytacazes	Cardoso Moreira	0	0,00	-
Serrana	Nova Friburgo	Duas Barras	0	0,00	-
Noroeste Fluminense	Itaperuna	Italva	0	0,00	-
Noroeste Fluminense	Itaperuna	Laje do Muriaé	0	0,00	-
Serrana	Cantagalo-Cordeiro	Macuco	0	0,00	-
Costa Verde	Itaguaí	Mangaratiba	0	0,00	-
Centro-Sul Fluminense	Vassouras	Mendes	0	0,00	-
Centro-Sul Fluminense	Vassouras	Paty do Alferes	0	0,00	-
Médio Paraíba	Vale do Paraíba Fluminense	Porto Real	0	0,00	-
Norte Fluminense	Macaé	Quissamã	0	0,00	-
Médio Paraíba	Vale do Paraíba Fluminense	Rio Claro	0	0,00	-
Médio Paraíba	Barra do Piraí	Rio das Flores	0	0,00	-
Serrana	Santa Maria Madalena	Santa Maria Madalena	0	0,00	-

Noroeste Fluminense	Santo Antônio de Pádua	São José de Ubá	0	0,00	-
Serrana	Serrana	São José do Vale do Rio	0	0,00	-
Serrana	Santa Maria Madalena	São Sebastião do Alto	0	0,00	-
Serrana	Nova Friburgo	Sumidouro	0	0,00	-
Noroeste Fluminense	Itaperuna	Varre-Sai	0	0,00	-

Fonte: Elaboração própria com dados do Cadastro Central das Empresas - IBGE

Até aqui os resultados revelam a concentração das atividades produtivas da economia criativa na cidade do Rio de Janeiro e indicam outros municípios em que tais ocupações desempenham papel importante na economia local, de modo que podemos classificar esses municípios como especializados produtivamente nos setores criativos. Mas, uma pergunta importante é se os demais municípios não possuem condições potenciais para se desenvolverem economicamente por meio da economia criativa, inclusive os que possuem quociente locacional muito baixo.

Diante disso, calculamos o IDPEC de cada município fluminense. O objetivo do IDPEC é estimar o potencial dos territórios em se desenvolverem por meio da economia criativa, considerando as dimensões e as variáveis apresentadas na seção de metodologia. Para o seu cálculo, como já explicado na seção de metodologia, coletamos dados secundários que se relacionam com as bases condicionantes do desenvolvimento da economia criativa. Assim, se o quociente locacional indica uma situação atual sobre a importância dos setores criativos em uma dada localidade, o IDPEC projeta o futuro dessa localidade indicando se é possível o desenvolvimento econômico por meio dos setores criativos. No quadro 6, apresentamos os resultados normalizados de todas as variáveis e do IDPEC, calculado pela técnica de pesos endógenos que maximiza o resultado de todos os municípios.

Quadro 6. IDPEC municípios do estado do Rio de Janeiro (2019)

Municípios	Dimensão 1 Capacidades humanas				Dimensão 2 Atratividade e conectividade espacial				Dimensão 3 Ambiente cultural e empreendedorismo				IDPEC Pesos endóge nos	Posiçã o
	D1V1	D1V2	D1V3	D1	D2V1	D2V2	D2V3	D2	D3V1	D3V2	D3V3	D3		
Niterói	1	0,36	0,353	0,679	0,296	1	0,636	0,761	0,855	0,631	0,885	0,833	0,783	1
Macuco	0,122	0,68	0,716	0,605	0,797	0,551	0,596	0,689	0,158	0,954	0,611	0,707	0,684	2
Rio das Flores	0,12	0,68	0,738	0,616	0,632	0,049	0,753	0,595	1	0,358	0,578	0,752	0,681	3
Quatis	0,151	0,36	0,503	0,397	0,84	0,338	0,817	0,749	0,181	0,434	0,98	0,665	0,662	4

Rio Claro	0,14	0,44	0,35	0,36	0,816	0,637	0,396	0,687	0,675	0,329	0,913	0,736	0,657	5
Cordeiro	0,237	0,56	0,279	0,413	0,845	0,861	0,749	0,837	0,035	0,333	0,741	0,488	0,65	6
Varre-Sai	0,088	0,68	0,338	0,467	0,896	0,185	0,697	0,711	0,066	0,349	0,98	0,618	0,639	7
Armação dos Búzios	0,257	0,08	0,806	0,502	0,388	0,748	0,26	0,547	0,196	1	0,598	0,732	0,632	8
Petrópolis	0,301	0,48	0,231	0,379	0,826	0,674	0,474	0,717	0,163	0,507	0,85	0,621	0,629	9
Volta Redonda	0,411	0,48	0,308	0,428	0,456	0,667	0,819	0,707	0,041	0,4	0,935	0,607	0,628	10
Rio de Janeiro	0,59	0,2	0,22	0,402	0,45	0,623	0,856	0,71	0,134	0,588	0,702	0,569	0,612	11
Nova Friburgo	0,301	0,72	0,199	0,494	0,673	0,47	0,629	0,625	0,037	0,386	1	0,635	0,608	12
Quissamã	0,217	0,24	1	0,616	0,534	0,348	0,779	0,626	0,592	0,261	0,557	0,525	0,606	13
Resende	0,391	0,4	0,295	0,38	0,714	0,486	0,662	0,659	0,113	0,534	0,872	0,633	0,603	14
Italva	0,171	0,92	0,271	0,579	0,701	0,121	0,307	0,473	0,513	0,072	0,943	0,655	0,599	15
Barra Mansa	0,211	0,48	0,21	0,345	0,73	0,354	0,773	0,689	0,009	0,346	0,907	0,57	0,592	16
Cantagalo	0,154	0,64	0,28	0,439	0,888	0,099	0,63	0,671	0,183	0,229	0,867	0,54	0,589	17
Nilópolis	0,214	0,28	0,087	0,226	0,506	0,544	1	0,766	0,113	0,405	0,672	0,49	0,584	18
Porciúncula	0,192	0,6	0,282	0,426	0,94	0,308	0,471	0,678	0,3	0,232	0,748	0,513	0,581	19
Comendador Levy Gasparian	0,078	0,4	0,405	0,349	1	0,489	0,338	0,719	0,023	0,281	0,772	0,484	0,579	20
Duas Barras	0,083	0,68	0,393	0,485	1	0,159	0,488	0,689	0,1	0,445	0,528	0,429	0,578	21
Itaocara	0,129	0,84	0,197	0,507	0,854	0,514	0,392	0,664	0,123	0,255	0,683	0,447	0,575	22
São José de Ubá	0,121	0,52	0,392	0,411	0,842	0,113	0,739	0,686	0,24	0,072	0,787	0,485	0,573	23
Sapucaia	0,129	0,56	0,322	0,409	0,876	0,399	0,559	0,691	0,044	0,51	0,583	0,469	0,57	24
Paraíba do Sul	0,132	0,6	0,25	0,405	0,846	0,483	0,501	0,67	0,011	0,461	0,685	0,498	0,569	25
Santa Maria Madalena	0,077	0,96	0,588	0,689	0,349	0,099	0,46	0,363	0,162	0,311	0,709	0,485	0,567	26
Rio das Ostras	0,328	0,28	0,397	0,355	0,621	0,643	0,657	0,647	0,219	0,651	0,561	0,549	0,565	27
Pinheiral	0,173	1	0,263	0,617	0,773	0,267	0,339	0,544	0,11	0,286	0,663	0,445	0,564	28

Paracambi	0,128	0,4	0,216	0,293	0,913	0,242	0,638	0,709	0,185	0,268	0,711	0,476	0,562	29
Sumidouro	0,033	0,72	0,366	0,487	0,855	0,334	0,42	0,623	0,004	0,171	0,891	0,503	0,561	30
Macaé	0,303	0,48	0,813	0,617	0,398	0,47	0,539	0,492	0,245	0,402	0,667	0,509	0,56	31
Areal	0,123	0,4	0,466	0,387	0,819	0,312	0,538	0,641	0,182	0,449	0,654	0,507	0,554	32
Itaperuna	0,276	0,68	0,197	0,465	0,703	0,541	0,335	0,588	0,018	0,344	0,839	0,537	0,55	33
Porto Real	0,115	0,48	0,766	0,562	0,708	0,292	0,402	0,537	0,207	0,468	0,654	0,518	0,546	34
Piraí	0,223	0,24	0,545	0,39	0,883	0,308	0,185	0,575	0,398	0,307	0,743	0,556	0,538	35
Teresópolis	0,297	0,4	0,302	0,35	0,744	0,542	0,59	0,659	0,073	0,482	0,55	0,448	0,537	36
Carmo	0,151	0,76	0,181	0,465	0,94	0,479	0,245	0,671	0,167	0,177	0,348	0,261	0,534	37
Miguel Pereira	0,247	0,64	0,341	0,475	0,512	0,67	0,349	0,564	0,022	0,37	0,778	0,516	0,533	38
Vassouras	0,334	0,48	0,257	0,394	0,692	0,247	0,344	0,502	0,368	0,384	0,817	0,598	0,532	39
Cambuci	0,11	0,48	0,224	0,333	0,854	0,306	0,486	0,64	0	0,253	0,757	0,463	0,53	40
Valença	0,303	0,68	0,213	0,476	0,837	0,238	0,337	0,57	0,066	0,309	0,748	0,488	0,527	41
Cabo Frio	0,288	0,28	0,431	0,358	0,248	0,617	0,747	0,62	0,01	0,624	0,472	0,471	0,527	42
São João da Barra	0,085	0,44	0,871	0,596	0,594	0,134	0,207	0,388	0,032	0,421	0,67	0,481	0,523	43
Aperibé	0,123	0,68	0,325	0,469	0,708	0,46	0,582	0,625	0,078	0,408	0,296	0,316	0,521	44
Natividade	0,241	0,64	0,263	0,448	0,705	0,33	0,364	0,529	0,017	0,307	0,867	0,539	0,52	45
Mesquita	0,161	0,12	0,139	0,147	0,691	0,375	0,675	0,633	0,009	0,456	0,752	0,529	0,518	46
São Fidélis	0,113	0,56	0,234	0,377	0,795	0,293	0,506	0,615	0,296	0,212	0,591	0,43	0,514	47
Casimiro de Abreu	0,211	0,4	0,44	0,389	0,582	0,282	0,589	0,536	0,462	0,361	0,624	0,526	0,508	48
Arraial do Cabo	0,25	0,44	0,573	0,475	0,324	0,582	0,551	0,529	0	0,909	0,111	0,492	0,507	49
Paty do Alferes	0,088	0,4	0,382	0,342	0,837	0,325	0,156	0,553	0,37	0,42	0,589	0,496	0,499	50
Saquarema	0,165	0,32	0,462	0,365	0,704	0,534	0,217	0,566	0,014	0,485	0,6	0,464	0,499	51
Bom Jardim	0,13	0,6	0,195	0,387	0,751	0,335	0,402	0,566	0,004	0,504	0,57	0,453	0,498	52

Paraty	0,197	0,32	0,44	0,36	0,47	0,275	0,324	0,389	0,438	0,728	0,498	0,603	0,491	53
Engenheiro Paulo de Frontin	0,146	0,72	0,442	0,532	0,838	0,24	0,185	0,53	0	0,256	0,409	0,29	0,491	54
Barra do Pirai	0,238	0,4	0,148	0,304	0,729	0,413	0,419	0,573	0,087	0,266	0,715	0,461	0,491	55
São José do Vale do Rio Preto	0,07	0,6	0,422	0,452	0,896	0,25	0,013	0,533	0	0,389	0,574	0,417	0,487	56
Santo Antônio de Pádua	0,201	0,76	0,242	0,494	0,733	0,133	0,469	0,545	0	0,326	0,293	0,261	0,481	57
Bom Jesus do Itabapoana	0,287	0,6	0,22	0,432	0,725	0,297	0,28	0,508	0,229	0,259	0,672	0,46	0,48	58
Mendes	0,191	0,64	0,352	0,469	0,757	0,275	0,105	0,487	0	0,334	0,667	0,445	0,474	59
Silva Jardim	0,046	0,2	0,591	0,37	1	0,213	0,25	0,619	0,001	0,327	0,246	0,245	0,474	60
Maricá	0,34	0,16	0,701	0,491	0,42	0,118	0,068	0,261	0,326	0,641	0,467	0,531	0,472	61
Itatiaia	0,227	0,48	0,545	0,47	0,534	0,353	0,382	0,453	0,322	0,404	0,58	0,479	0,472	62
Nova Iguaçu	0,123	0,28	0,088	0,196	0,144	0,359	0,574	0,431	0,014	0,483	0,854	0,59	0,472	63
Laje do Muriaé	0,152	0,64	0,529	0,522	0,694	0,415	0,17	0,514	0,09	0,354	0,122	0,233	0,471	64
Carapebus	0,063	0,32	0,658	0,446	0,859	0,1	0,243	0,527	0,015	0,208	0,48	0,312	0,464	65
Cardoso Moreira	0,067	0,48	0,475	0,409	0,824	0,28	0,047	0,513	0,062	0,26	0,615	0,405	0,46	66
Miracema	0,13	0,64	0,275	0,433	0,46	0,593	0,349	0,508	0,219	0,387	0,387	0,359	0,458	67
Três Rios	0,247	0,4	0,328	0,351	0,14	0,587	0,382	0,444	0,152	0,403	0,678	0,499	0,456	68
Trajano de Moraes	0,033	0,52	0,469	0,422	0,681	0	0,424	0,482	0,259	0,231	0,541	0,396	0,447	69
São João de Meriti	0,088	0,24	0,028	0,154	0,634	0,373	0,503	0,547	0,001	0,439	0,593	0,443	0,447	70
São Sebastião do Alto	0,023	0,8	0,396	0,536	0,273	0,295	0,443	0,365	0,217	0	0,537	0,341	0,447	71
Mangaratiba	0,223	0,16	0,72	0,461	0,56	0,116	0,411	0,436	0,001	0,467	0,472	0,392	0,441	72
Iguaba Grande	0,25	0,16	0,333	0,277	0,715	0,434	0,139	0,525	0,017	0,358	0,546	0,395	0,44	73
Guapimirim	0,082	0,4	0,28	0,307	0,431	0,385	0,534	0,475	0	0,289	0,661	0,427	0,431	74
Rio Bonito	0,143	0,36	0,349	0,32	0,698	0,164	0,504	0,544	0,002	0,241	0,457	0,309	0,43	75
Duque de Caxias	0,096	0,16	0,286	0,212	0,298	0,348	0,741	0,536	0,022	0,463	0,435	0,38	0,43	76

Campos dos Goytacazes	0,247	0,32	0,209	0,277	0,632	0,293	0,361	0,485	0,027	0,256	0,493	0,337	0,401	77
Cachoeiras de Macacu	0,134	0,52	0,265	0,371	0,363	0,226	0,272	0,31	0,007	0,243	0,707	0,436	0,393	78
Magé	0,073	0,2	0,239	0,198	0,578	0,24	0,252	0,413	0,012	0,464	0,546	0,43	0,385	79
Tanguá	0,035	0	0,316	0,169	0,733	0,117	0,293	0,484	0,09	0,27	0,472	0,341	0,384	80
São Gonçalo	0,151	0,24	0	0,17	0,378	0,165	0,299	0,316	0,006	0,345	0,73	0,481	0,374	81
Seropédica	0,135	0,44	0,422	0,383	0,596	0,263	0,198	0,419	0,145	0,32	0	0,208	0,372	82
Itaguaí	0,091	0,4	0,457	0,377	0,04	0,211	0,583	0,369	0,178	0,372	0,404	0,356	0,371	83
Conceição de Macabu	0,14	0,2	0,287	0,234	0,461	0,198	0,441	0,411	0,118	0,119	0,609	0,364	0,365	84
São Pedro da Aldeia	0,174	0,2	0,265	0,228	0,242	0,465	0,179	0,343	0,009	0,536	0,457	0,422	0,363	85
Angra dos Reis	0,143	0,28	0,3	0,267	0,12	0,309	0,351	0,298	0,018	0,335	0,565	0,397	0,343	86
Araruama	0,239	0,28	0,391	0,328	0,116	0,435	0,099	0,273	0,099	0,503	0,276	0,36	0,335	87
Belford Roxo	0,031	0,2	0,087	0,134	0,276	0,178	0,404	0,324	0	0,331	0,567	0,394	0,327	88
São Francisco de Itabapoana	0,033	0,48	0,434	0,39	0,545	0,14	0	0,319	0,019	0,069	0,193	0,123	0,322	89
Itaboraí	0,071	0,12	0,208	0,156	0,351	0,151	0,096	0,242	0,002	0,321	0,639	0,427	0,32	90
Queimados	0,034	0,16	0,158	0,138	0,182	0,162	0,508	0,342	0,003	0,397	0,45	0,358	0,316	91
Japeri	0	0,16	0,16	0,133	0	0,123	0,278	0,18	0,061	0,299	0,633	0,426	0,295	92

Fonte: Elaboração própria. Definições das variáveis informada no quadro 2.

Utilizando a técnica da regressão linear, podemos avaliar se o IDPEC explica o quociente locacional das atividades criativas dos municípios do estado do Rio de Janeiro. Em outras palavras, acreditamos que o IDPEC pode ser mobilizado como instrumento de políticas para o fortalecimento da economia criativa local. Como o estado do Rio de Janeiro é muito desigual internamente, tratamos os municípios separadamente conforme o tamanho populacional. Assim, separamos quatro grupos de análise: 54 municípios com menos de 50 mil habitantes (sendo que 21 não tiveram ocupações criativas identificadas em 2019); 9 municípios entre 50 e 100 mil habitantes; 22 municípios entre 100 e 500 mil habitantes; e 7 municípios com mais de 500 mil habitantes.

Quando analisamos as cidades com mais de 500 mil habitantes, verificamos que o IDPEC possui forte capacidade explicativa para os seus quocientes locacionais, entretanto o mesmo não se verifica nos municípios menores em termos populacionais. No quadro 7, apresentamos a correlação entre o IDPEC e o quociente locacional das atividades criativas, segundo o

agrupamento de municípios pelo tamanho populacional. Na figura 3, por sua vez, identificamos visualmente essa correlação.

Quadro 7. Correlação entre IDPEC e o quociente locacional das atividades criativas nos municípios do estado do Rio de Janeiro conforme tamanho populacional (2019)

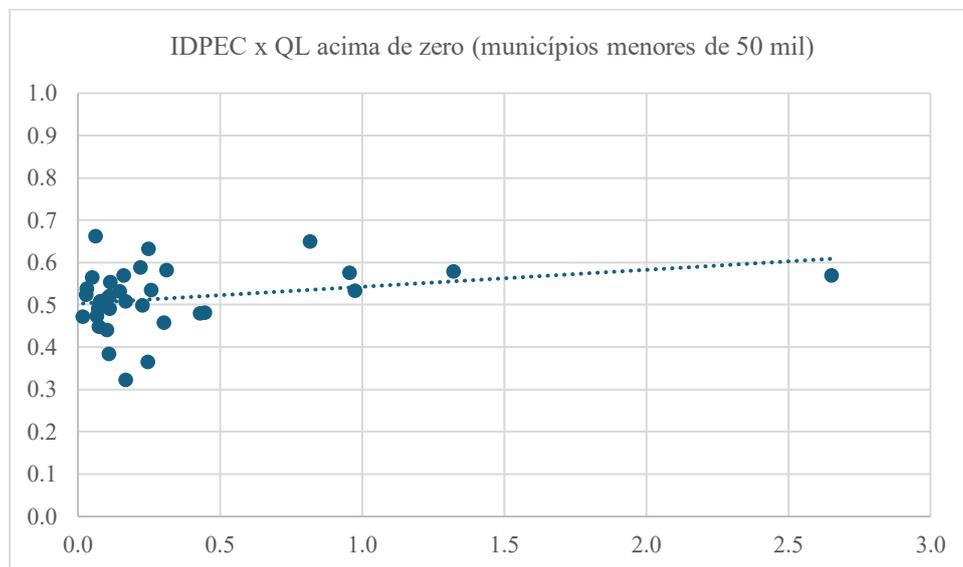
	Inferior a 50 mil	Entre 50 e 100 mil	Entre 100 mil e 500 mil	Acima de 500 mil
Correlação IDPEC x QL	0,28	0,21	0,40	0,76
Valor-p*	0,119	0,578	0,066	0,046
Quantidade de municípios	33**	9	22	7

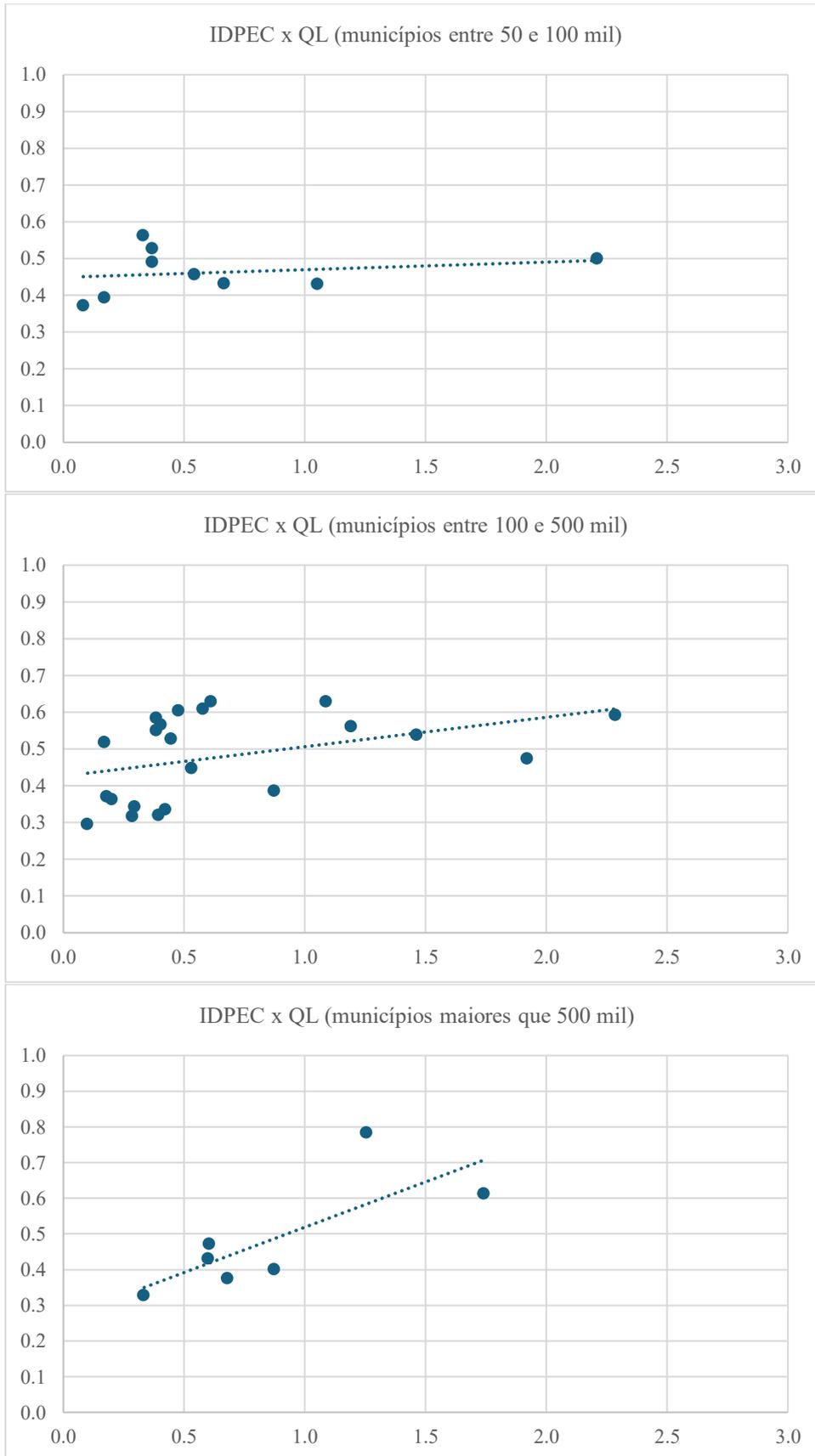
Fonte: Elaboração própria

* O Valor-p inferior a 0,05 indica que as relações entre as variáveis são significativas, ao passo que superior a 0,05 indica possibilidade de acaso nas relações entre as variáveis.

** Excluímos da análise 21 municípios com população inferior a 50 mil habitantes e que não tiveram ocupação criativa registrada em 2019.

Figura 3. Gráficos da relação entre IDPEC e o quociente locacional das atividades criativas nos municípios do estado do Rio de Janeiro conforme tamanho populacional (2019)



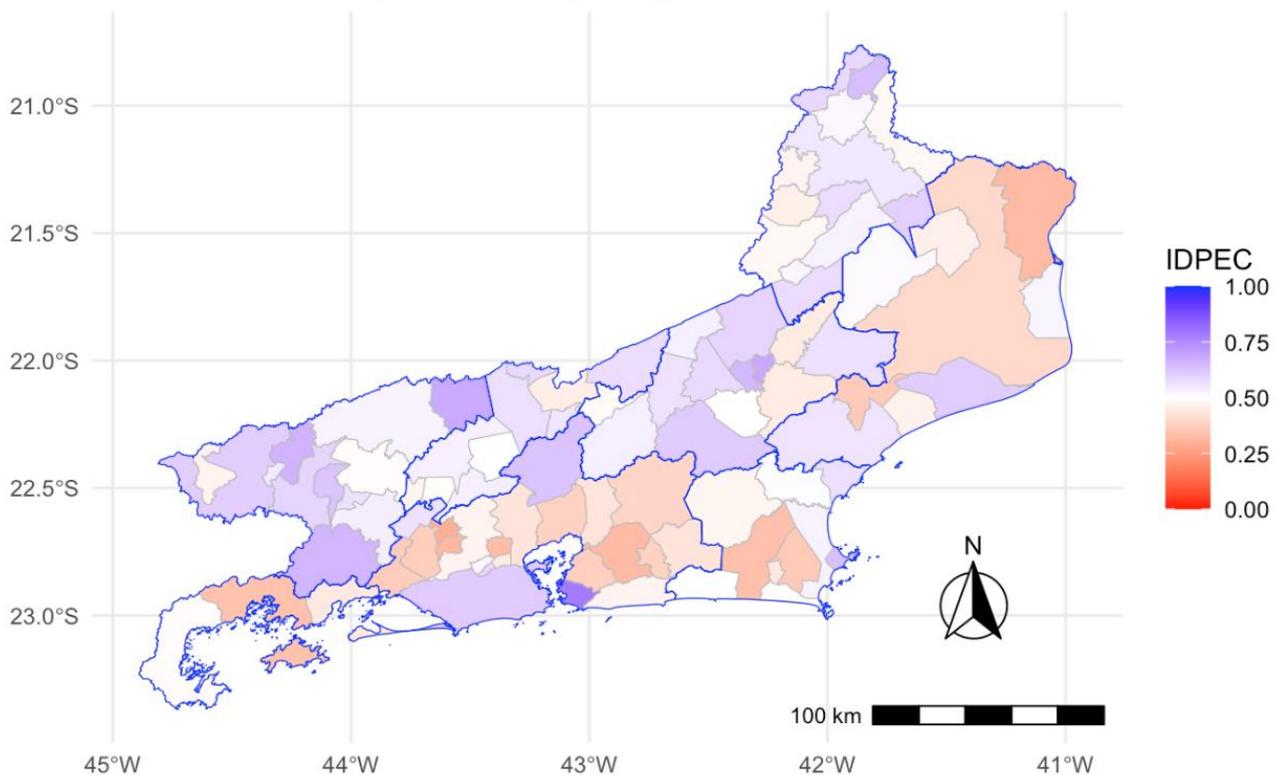


Fonte: Elaboração própria

Uma vez que os setores da economia criativa, em toda a sua complexidade, heterogeneidade e interdependência, tendem a se materializar sob a forma de aglomerações de empresas e trabalhadores nas cidades que ocupam as maiores posições na hierarquia urbana, o IDPEC se revelou com maior capacidade explicativa dos quocientes locacionais dessas cidades com maior tamanho populacional. Se, por um lado, o IDPEC, por si só, não é capaz de explicar os quocientes locacionais dos setores criativos nos municípios de menor tamanho populacional, por outro, os municípios com bom resultado no IDPEC possuem as bases condicionantes para o fortalecimento das atividades criativas.

A existência de municípios com IDPEC alto no interior do estado do Rio de Janeiro, conforme a figura 4, indica a possibilidade de algumas atividades criativas serem mobilizadas produtivamente para o seu desenvolvimento econômico. Em outras palavras, acreditamos que a especialização produtiva em um ou poucos setores da economia criativa pode ser um caminho para o desenvolvimento econômico desses territórios por meio da economia criativa, ao passo que os municípios maiores podem se valer de suas heterogeneidades para fortalecer a economia criativa em sua complexidade.

Figura 4. Mapa dos resultados do IDPEC no estado do Rio de Janeiro (2019)
IDPEC dos municípios do ERJ (2019)



Fonte: Elaboração própria

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi estimar o potencial dos municípios fluminenses se desenvolverem economicamente por meio da economia criativa. Nesse sentido, recuperamos a evolução da distribuição das ocupações criativas pelo estado do Rio de Janeiro no período 2006-2021; identificamos os municípios especializados produtivamente nos setores criativo, por meio da aplicação do quociente locacional; e aplicamos o IDPEC (Índice de Desenvolvimento Potencial da Economia Criativa) em todos os 92 municípios para avaliar a capacidade municipal de desenvolvimento por meio da economia criativa.

Ao reconhecermos o estado do Rio de Janeiro como um recorte territorial marcado por importantes desigualdades internas, consequência de seu processo de formação territorial, em que o núcleo do estado esteve historicamente separado jurídica e politicamente do seu interior até o ano de 1975, verificamos que os setores produtivos da economia criativa reforçam essa desigualdade. A concentração, em números aproximados, de 70% de todas as ocupações criativas na capital do estado; e de 80% na região metropolitana, revela que o planejamento de desenvolvimento da economia criativa no estado deve ser muito diferenciado entre capital e interior. A força da economia criativa na cidade do Rio de Janeiro permite uma abordagem sobre a economia criativa em toda a complexidade e heterogeneidade dessas atividades produtivas, ao passo que nos municípios do interior os dados sugerem a priorização de alguns setores para posterior mobilização produtiva. Dos 92 municípios fluminense, apenas 11 podem ser considerados especializados produtivamente nos setores criativos, de acordo com os resultados do quociente locacional. Com exceção de Rio de Janeiro e de Niterói, que possuem empregos distribuídos em diversos setores criativos, os outros 9 municípios concentram o emprego em poucos setores, com destaque para as atividades dos grupos consumo e tecnologia, apontados no quadro 2. Investigações com abordagens qualitativas merecem ser realizadas para melhor identificação de semelhanças e diferenças entre eles.

A utilização do IDPEC como um índice com capacidade de explicar o potencial de desenvolvimento da economia criativa nos municípios fluminense também confirmou a desigualdade do estado. O IDPEC é um indicador composto que tem por objetivo estimar o potencial da economia criativa ser mobilizada como um dos motores do desenvolvimento econômico local, de modo que quanto maior o seu resultado, melhores são as condições para o fortalecimento dos setores criativos.

Os resultados do IDPEC nos municípios com mais de 500 mil habitantes tiveram forte correlação com o quociente locacional dos setores produtivos da economia criativa, de modo que se confirma o efeito das suas variáveis como condicionantes das atividades criativas. Nesse sentido, além das políticas setoriais, gestores públicos podem desenvolver ações para as três dimensões do IDPEC como instrumento de fortalecimento da economia criativa.

Nos municípios menores que 500 mil habitantes, o IDPEC não obteve forte correlação com o quociente locacional dos setores produtivos da economia criativa e, além disso, os resultados não tiveram comprovação estatística, especialmente para os municípios entre 50 e 100 mil habitantes. A incapacidade do IDPEC em explicar os resultados do quociente locacional nesses casos sugere que municípios menores devem propor políticas para setores específicos das

atividades criativas, uma vez que a economia criativa em sua complexidade tende a se concentrar nos municípios que ocupam posições elevadas na hierarquia urbana. Todavia o IDPEC ainda pode ser utilizado como um indicador que apresenta os condicionantes para esse desenvolvimento setorial, o qual deve ser analisado em cada município.

Estudos sobre as potencialidades municipais precisam ser realizados para identificar os setores criativos que podem ser mobilizados produtivamente para o desenvolvimento econômico no interior do estado do Rio de Janeiro. Além disso, outro possível avanço da pesquisa é a discussão sobre a escala das políticas para o fortalecimento da economia criativa no interior fluminense, justificando estudos de âmbito regional, assim como debates sobre as associações territoriais como mecanismo de ganho de escala para o fortalecimento da economia criativa, as quais podem ocorrer entre dois ou mais municípios de uma mesma ou de distintas regiões administrativas do estado.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011-2014. Brasília: Ministério da Cultura, 2013.
- BOWEN, Harry P.; MOESEN, Wim; SLEUWAEGEN, Leo. A Composite Index of the Creative Economy. *Review of Business and Economics*, n.4, p.375-397, 2008.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed.34/ EDUSP, 2003.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.
- CERISOLA, Silvia. Multiple Creative Talents and Their Determinants at the Local Level. *Journal of Cultural Economics*, v. 42, n.2, p.243-269, 2018. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1007/s10824-017-9299-8>. Acesso em: 24 mar. 2024.
- CORREIA, Carlos. M.; COSTA, José da. S. Measuring Creativity in the EU Member States. *Investigaciones Regionales* n. 30, p.7-26, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4962616>. Acesso em: 24 mar. 2024.
- DCMS – Department for Culture, Media and Sport. Creative industries Mapping Document. London: DCMS, 1998. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/creative-industries-mapping-documents-1998>. Acesso em: 24 mar. 2024.
- FALCK, Oliver; FRITSCH, Michael; HEBLICH, Stephan; OTTO, Anne. Music in the Air: Estimating the Social Return to Cultural Amenities. *Journal of Cultural Economics*, v.42, n.3, p. 365-391, 2018. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1007/s10824-017-9310-4>. Acesso em 24 mar. 2024.
- FIGUEIREDO, João Luiz de; JESUS, Diego Santos Vieira de; ROBAINA, Diogo Tavares; COURI, Cristina Lohmann. The development potential index of creative economy for Brazilian federal state capitals. *Creative Industries Journal*, v.12, n.2, p.185-203, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17510694.2019.1610344>. Acesso em 24 mar. 2024.
- FIRJAN – Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro. A cadeia da indústria criativa no Brasil. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2008.
- FIRJAN – Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro. Mapeamento da indústria criativa no Brasil. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2022. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/pages/download.aspx>. Acesso em: 24 mar. 2024.
- FLORIDA, Richard. *The Rise of the Creative Class: And How it's Transforming Work, Leisure, Community, & Everyday Life*. New York: Basic Books, 2002.
- FLORIDA, Richard. *Cities and The Creative Class*. New York: Routledge, 2005.
- GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. Rio de Janeiro – contradições e ajustes de um espaço desigual. *Revista do Rio de Janeiro*, v.3, p.97-109, 1986.
- GOUVEA, Raul; KAPELIANIS, Dimitri; MONTOYA, Manuel-Julian R.; VORA, Gautam. The creative economy, innovation and entrepreneurship: an empirical examination. *Creative Industries*

Journal, v.14, n.1, p.23-62, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17510694.2020.1744215>. Acesso em 24 mar. 2024.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOWKINS, John. The creative economy: how people are making money from ideas. Londres: Penguin Press, 2001.

HOWKINS, John. Creative ecologies: where thinking is a proper job. Londres: Transaction, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2022. IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/index.html>. Acesso em 24 mar. 2024.

ISARD, Walter. Methods of regional analysis: an introduction to regional science. Cambridge: The MIT Press, 1960.

LANDRY, Charles. The Creative City: A Toolkit for Urban Innovators. London: Earthscan, 2008.

LAZZERETTI, Luciana; BOIX, Rafael; CAPONE, Francesco. Why do creative industries cluster? In: LAZZERETTI, Luciana (org.). Creative industries and innovation in Europe: concepts, measures and comparative case studies, New York: Routledge, 2013. p. 45-64.

LESSA, Carlos. O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de autoestima. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MACHADO, Ana Flávia, SIMÕES, Rodrigo F.; DINIZ, Sibelle C. Urban Amenities and the Development of Creative Clusters: The Case of Brazil. *Current Urban Studies*, v.1, n.04, p. 92-101, 2013. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.4236/cus.2013.14010>. Acesso em 24 mar. 2024.

NORTH, Douglass. Institutions, Institutional Change and Economic Performance. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OECD/European Union/EC-JRCe. Handbook on Constructing Composite Indicators: Methodology and User Guide. Paris: OECD Publishing, 2008.

POTTS, Jason. Creative industries & cultural science: a definitional odyssey. *Cultural Science Journal*, v. 1, n. 1, p. 1-18, jan., 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5334/csci.5>. Acesso em 20 ago. 2024.

REIS, Ana Carla Fonseca. Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo, Itaú Cultural, 2008.

SCOTT, Allen J. On Hollywood: the Place, the Industry. New Jersey: Princeton University Press, 2005.

SCOTT, Allen J. Social Economy of the Metropolis: Cognitive-Cultural Capitalism and the Global Resurgence of Cities. New York: Oxford University Press, 2008.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

STORPER, Michael. Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota e NABUCO, Maria Regina (orgs.) Integração, região e regionalismo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p. 13-26.

STORPER, Michael. Keys to the City: How Economics, Institutions, Social Interaction and Politics Shape Development. Princeton University Press, 2013.

THROSBY, David. The Economics of Cultural Policy. London: Cambridge University Press, 2010.

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development. Creative Economy Report 2008. Geneva and New York: UNDP and UNCTAD, 2008. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditc20082cer_en.pdf. Acesso em: 24 mar. 2024.

UNESCO – United Nations Education, Scientific and Cultural Organization. The 2005 Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions. Paris: UNESCO, 2005. Disponível em: <https://en.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/passeport-convention2005-web2.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2024.

VELTZ, Pierre. Mundialización, ciudades y territorios: la economía de archipiélago. Barcelona: Ariel, 1999.

VIVANT, Elsa. Qu'est-ce que la Ville Créative? Paris: PUF, 2009